

## GREVE

### Da Justiça à Democracia

Agora mesmo, neste instante em que vos falo, longe, ou aqui ao lado, à porta da nossa casa, alguém a está matando (a Justiça). De cada vez que morre, é como se afinal nunca tivesse existido para aqueles que nela tenham confiado, para aqueles que dela esperavam o que da Justiça todos temos o direito de esperar: Justiça, simplesmente justiça. Não a que se envolve em técnicas de teatro e nos confunde com flores de vã retórica judicialista, não a que permitiu que lhe vendassem os olhos e viciassem os pesos da balança, não a da espada que sempre corta mais para um lado que para outro, mas uma justiça pedestre, uma justiça companheira quotidiana dos homens, uma justiça que chegasse a ser tão indispensável à felicidade do espírito como indispensável à vida e ao alimento do corpo. Uma justiça exercida pelos tribunais, sem dúvida sempre que a isso determinasse a lei, mas também, e, sobretudo, uma justiça em que se manifestasse, como um imperativo moral, o respeito pelo direito a ser que a cada ser humano assiste.

José Saramago



**Artigo: Síndrome do Burnout** – página 7  
**Entrevista: Convivência Familiar e Comunitária** – página 6  
**Plano de Cargos e Carreiras** – página 5

## EDITORIAL

**D**ramáticos e emblemáticos vêm sendo os acontecimentos que marcam o movimento dos servidores da Justiça paulista, na luta pelo reconhecimento de seus direitos perante a instituição que os emprega.

Vigílias, ocupação do Palácio da Justiça e do Fórum João Mendes, passeatas, e paralisação em muitos locais de trabalho marcaram os mais de 60 dias de mobilização dos servidores, em resposta as posturas conservadoras e injustas da maior Corte do País.

Incabível em sociedades modernas e democratizadas a atitude de omissão das mais altas autoridades do governo, do Legislativo e do Judiciário diante do esfacelamento da instituição que deve garantir os direitos de todos perante a Lei e a Constituição.

Os servidores, com esse movimento que já pode ser considerado histórico, ao mesmo tempo em que buscam garantir seus direitos, prestam um serviço à sociedade brasileira ao por em xeque a forma autoritária e antidemocrática como se dá a gestão do TJ paulista.

Esperamos que desta movimentação, além de vermos aprovado um índice para a reposição de nossas perdas salariais, surja, entre outras ações emblemáticas, uma CPI do Judiciário na Assembleia Legislativa e uma pressão para que o CNJ faça uma inspeção no Tribunal de São Paulo o mais rapidamente possível.

A modernização do TJ não pode bastar-se na digitalização dos processos e na ampliação da informatização. A verdadeira modernização se dará quando avançarmos na democratização das relações de poder que marcam a instituição judiciária. Quando a eleição para presidente e a indicação de chefias importantes passar pelo crivo das urnas, nas quais os servidores

possam também depositar suas vontades e avaliações.

Nossas reivindicações são mais do que corretas e justas e as inverdades publicadas na grande mídia nestes momentos de acirramento das posturas conservadoras do Tribunal, serão, com certeza, desmentidas pela própria história.

Não nos deixemos abater. Tenhamos confiança em nossa capacidade de análise e de ação. Em greves passadas tivemos sempre ganhos que se incorporaram em nossos vencimentos, ainda que no momento em que se processa o conflito entre as partes, o TJ pareça ter o poder da punição.

Lembremos que se ele tem o poder da vara nas mãos, nós temos o poder das mãos que se cruzam em torno de direitos já conquistados por toda uma coletividade, na trajetória histórica da luta de muitos trabalhadores que nos antecederam no TJ e na sociedade em geral.

A Diretoria

## Injustiça na Casa da Justiça – a mobilização como resposta, e os ganhos de nossa luta

Elisabete Borgianni  
22 de junho de 2010

Palavras de uma assistente social que participou da ocupação do João Mendes: “Sabemos todos que a conquista de direitos não se faz sem luta, sem resistência e sem persistência”.

Esse foi o espírito que moveu milhares de servidores do Judiciário entre os dias 14 de abril e final de junho de 2010, quando o movi-

mento pela recomposição das perdas salariais e por uma extensa pauta de reivindicações há muito não atendidas, se estabeleceu.

### Muitos ganhos do movimento:

- Plano de Cargos e Carreiras aprovado na AL e sancionado pelo governador.
- Proposta de índices de reposição pelo TJ.
- Precedente do Dissídio Coletivo sendo julgado e “ensinando” a todos do TJ como proceder legalmente na recomposição de direitos salariais violados.
- A necessidade posta de o TJ provisionar, anualmente, recursos orçamentários para cumprir preceito constitucional de recomposição de perdas salariais;
- Visibilidade à sociedade do Estado de coisas que ocorrem no Poder Judiciário paulista;
- Envolvimento de deputados e de parte da Assembleia Legislativa no debate sobre os direitos dos servidores do Judiciário;
- Proposta de CPI do Judiciário paulista pelo deputado Carlos Giannazi (PSOL);
- Articulação entre as entidades (associações, sindicato etc.) representativas dos servidores do Judiciário, com a indicação de um grupo de sete negociadores perante o TJ;
- Grande envolvimento e mobilização dos servidores do interior do Estado e do litoral, mantendo paralisados os serviços da Justiça em comarcas que representam o poder econômico do Estado de São Paulo com a agroindústria e a circulação de mercadorias em portos de importância logística nacional.
- O exercício da solidariedade de classe nos episódios dramáticos da ocupação do João Mendes e das vigílias noturnas na Praça.

### Em Pauta

# A greve do Judiciário paulista – Cronologia de uma luta pela recomposição de direitos violados

Deflagrada no dia 14 de abril para início no dia 28 daquele mês, a greve tem sido palco de trocas de acusações entre Executivo e Judiciário. O TJ-SP sustenta que não pode atender ao pleito dos servidores porque teve 1/3 do seu orçamento cortado e que não tem verba para cumprir a data base dos dois últimos anos, mais o passivo de anos anteriores. Por sua vez, o governo alega que a “questão da greve dos servidores do Judiciário é problema do Judiciário”, nas palavras do secretário estadual da Casa Civil, Luiz Antonio Guimarães Marrey, em entrevista concedida ao jornal Folha de S. Paulo no dia 16 de junho. De acordo com o secretário, quando questionado sobre a falta de autonomia financeira do Judiciário, “nenhum dos poderes pode atuar fora da lei orçamentária”. O repórter então o questionou sobre o fato de o orçamento total do Estado ter legado apenas 4% à Justiça, quando poderia ter sido de 6%. Marrey não respondeu à pergunta, desviou o assunto respondendo que o governo já concedeu a verba necessária para a implementação do Plano de Cargos e Carreiras. “O que mais vai se dar?”, questionou.



Presidente recebe Comissão de Negociação

O fato é que esta discussão entre os dois Poderes não é de hoje e quem paga o preço é sempre o servidor. Com um índice de reposição acumulado em 20,16%, os trabalhadores cansaram de esperar por negociação por parte do TJ. O ex-presidente desem-

bargador Vallim Bellocchi, em dois anos de gestão, jamais recebeu os representantes das entidades. Viana Santos, o atual, afirmou diversas vezes que não se responsabiliza pelo passado da Instituição e que a única coisa que poderia fazer seria enviar um Projeto de Lei à Assembleia Legislativa com o índice de reposição de 4,77% (INPC do período entre março de 2009 e fevereiro de 2010).

O início da gestão Viana Santos começou com grandes expectativas, já que em janeiro o presidente chamou as entidades para uma reunião. No entanto, as conversas pararam por aí. O desembargador disse que não assumiria dívidas passadas e que um possível reajuste dependeria de negociação com o governo do Estado.

Não houve outra reunião até a véspera do início da greve, quando as entidades receberam e-mail da Presidência convocando-as para uma audiência. Foram recebidas pelo presidente da Comissão Salarial, desembargador Antonio Carlos Malheiros, que veio com as seguintes informações:

## Em Pauta

- Que TALVEZ o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do TJ-SP iria para a pauta de votação na Alesp em maio;
- TALVEZ em agosto de 2010 haveria alguma reposição de perdas salariais;
- e, nas palavras do desembargador, uma “boa notícia”: o TJ-SP iria reunir-se com o Banco do Brasil para que esta instituição financeira voltasse a conceder crédito para os servidores do TJ-SP.



Assembleia que deflagrou a greve

Ou seja, o TJ chamou uma reunião às vésperas do movimento sem nenhuma proposta concreta, o que só inflamou o início da greve. Mas não bastasse isso, no próprio dia 28 pela manhã, convocaram nova reunião. Desta vez, receberam as entidades o presidente do TJ e os desembargadores William de Campos, Armando Toledo e Samuel Alves de Melo. E, mais uma vez, nada de novo. Os desembargadores apenas apresentaram um documento assinado pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Barros Munhoz (PSDB), com a afirmação de que o Projeto de Lei Nº 43/05, que institui o Plano de Cargos e Carreira dos servidores do PJ, seria votado no dia 4 de maio, o que acabou não ocorrendo (veja matéria sobre o Plano de Cargos na página 5).

Naquele momento ficou clara a estratégia combinada entre Tribunal e Executivo para postergar o atendimento às justas reivindicações dos servidores. Alegando não ter verba orçamentária suficiente para garantir a reposição salarial, o TJ afirmou empenhar-se politicamente junto à Assembleia Legislativa e ao governo para aprovar o Plano de Cargos. Por seu lado, o governo comprometia-se a liberar a verba necessária para a implementação do PCC, desde que o Judiciário acabasse com a greve de seus servidores.



Até deputados intervieram na negociação

O Plano de Cargos foi colocado como moeda de troca em lugar da reposição de 20,16%. A todo o momento os desembargadores solicitavam à Comissão de Negociação das Entidades (composta pelos membros: Elisabete Borgianni - AASPTJ-SP, José Gozze - Assetj, Hugo Coviello – Assojubs, Carlos Alberto Marcos – Assojuris, Ivone Moreira – Aojesp e Wagner José de Souza – Sindicato União) que levantasse a greve e permanecesse em “estado de greve” e que se necessário voltasse à paralisação em agosto. Por que agosto? Que interesses haveria por trás desta posição?

Uma semana depois, no dia 5 de maio, novamente o Tribunal chamou uma reunião antes do início da Assembleia Geral dos Servidores. Desta vez, para comunicar que a primeira audiência do dissídio coletivo por greve, impetrado pelas entidades, já estava marcada para o dia 11 e que até lá não passaria pelo Órgão Especial resolução para descontos dos dias parados, promessa essa que mais tarde seria descumprida.

Nas duas audiências de conciliação do dissídio coletivo realizadas em 11/05 e 17/06 não houve acordo entre as partes, e o Tribunal não apresentou propostas realizáveis a curto prazo, apenas promessas. Insistiu que a única coisa que pode fazer é enviar um Projeto de Lei à Assembleia Legislativa solicitando a reposição de 4,77% e incluir o restante no orçamento do ano que vem, o que não significa qualquer garantia, já que a grande maioria dos deputados da Alesp vota de acordo com os interesses do governo do Estado.

No dia 13 de maio saiu a publicação no Diário Oficial da Resolução 520/2010 que pune os servidores com o desconto dos dias parados. Alguns dias depois, a surpresa: os descontos já foram feitos desde o dia 28 de abril. Além disso, o comunicado SGRH Nº 56/2010 (publicado via Intranet), determinou que as faltas motivadas pela greve fossem registradas como faltas injustificadas.

## Mártires e heróis

A greve completava 36 dias em 2 de junho e o Tribunal não recebeu mais as entidades. Após a assembleia geral daquela tarde, o grupo dos sete negociadores representantes dos 45 mil servidores (entre os sete, nesta ocasião, Catarina Volic, da AASPTJ-SP) encaminhou-se ao Palácio da Justiça na tentativa de pressionar o presidente a recebê-los. Enquanto isso, cerca de 250 servidores ocuparam o prédio de forma pacífica. A polícia cercou o Palácio e o corredor de acesso ao gabinete da Presidência. Centenas de servidores que não entraram no Palácio ocuparam as escadarias e todas as entradas do prédio.

Após horas de espera e mediação dos deputados estaduais Fernando Capez (PSDB), que já estava no Palácio por outro motivo, Major Olímpio (PDT) e Maria Lucia Prandi (PT), que se encaminharam ao TJ a pedido dos servidores, a comissão foi recebida por juizes assessores da Presidência e pelo desembargador Malheiros. Após três horas em uma reunião tensa, definiu-se o seguinte:

1. Seria suspenso o efeito do comunicado emitido pela SGRH referente as faltas da greve nos dias 07 e 08 de junho. O presidente, segundo seus assessores, iria rever o comunicado no dia 9 de junho.

2. Encaminhamento do pedido de suspensão da Resolução 520 ao Órgão Especial, até o julgamento do dissídio, na sessão do dia 9 de junho. A defesa em favor dos servidores do Judiciário seria feita pelo desembargador Malheiros.



Mais de 10 mil pessoas lotaram a Praça João Mendes no dia 16 de junho

Também foi marcada nova reunião de negociação para o dia 7 de junho. Neste dia novamente os juizes auxiliares receberam a Comissão de Negociação e os deputados. A reunião ainda contou com a presença de dois representantes da OAB, o presidente da seccional de Ribeirão Preto, Ricardo Giuntini e o vice-presidente da OAB-SP, Marcos da Costa.

O Juiz José Maria Câmara Junior expressou a indignação do TJ-SP com a “invasão” (conforme suas palavras) ocorrida no Palácio. Segundo ele, “as reivindicações podem ser justas, mas naquele dia houve uma situação clara de invasão do Palácio. Foi uma situação constrangedora para o presidente e sua assessoria”, afirmou. Os representantes das entidades rebateram apontando que o que é constrangedor é a maneira arbitrária pela qual o TJ trata seus servidores, não cumprindo a data-base e baixando resoluções de punição, sendo que há um dissídio coletivo em andamento. “Quando vossas excelências se mostram indignados ao ver a arquitetura do Palácio em risco, não posso deixar de registrar que eu, enquanto assistente social, me sinto indignada ao ver uma criança que sofreu abuso sexual relate esta agressão enquanto todos na sala de espera ouvem o que ela diz porque este Tribunal não dá um mínimo de estrutura para que possamos trabalhar com sigilo”, expôs Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP.

Foram mais 4 horas de reunião e nada se avançou no sentido de uma negociação real.

O dia 9 de junho foi marcado pela intransigência e truculência do Tribunal de Justiça, administrado por alguns desembargadores que parecem ainda viver nos tempos do Coronelismo. O Órgão Especial do TJ-SP, após exposição do desembargador Antonio Carlos Malheiros para suspensão da Resolução 520/2010 e do Comunicado 56/2010, decidiu por 19 votos a 5 manter os descontos dos dias parados. Alegando mentiras sobre suposto vandalismo cometido pelos servidores durante a ocupação do Palácio, condicionaram a reabertura das negociações ao fim da greve. Alguns chegaram a sugerir que fosse registrado um voto de louvor no prontuário dos servidores que não estão em greve, na tentativa de dividir a categoria e desmobilizar o movimento.

Frente a essa atitude do Órgão Especial cerca de 110 servidores ocuparam o saguão do Fórum João Mendes (entre eles, três assistentes sociais). O prédio foi fechado pela polícia militar e estes servidores decidiram por manter-se no local até que houvesse negociação por parte do TJ-SP. Diversos grevistas em solidariedade passaram a noite na Praça João Mendes.

## Em Pauta



Vigília na Praça João Mendes

O presidente do Tribunal de Justiça proibiu a entrada de alimentos e de água potável. Mandou seu recado cruel via assessores para a Comissão de Negociação das entidades e parlamentares que acompanhavam o movimento e tentaram intervir por uma justa negociação: “Quem levar um pedaço de pão a eles estará desobedecendo a uma ordem minha”.

Cenas lastimáveis marcaram a noite da quinta-feira (10/06), provando como o poder pode ser destrutivo tanto para “grandes” como para “pequenos” como um simples agente de segurança terceirizado escalado para vigiar os ocupantes do João Mendes. Ao ver que servidores que estavam do lado de fora haviam conseguido passar um chocolate pelo vão da porta, pegou o alimento e comeu-o na frente das pessoas que permaneciam há mais de um dia sem poder se alimentar. Pouco mais de 22 horas, soldados do choque da PM apareceram na Praça. Foram lá apenas observar. Mais uma maneira truculenta encontrada pela alta cúpula de pressionar psicologicamente servidores que se manifestavam pacificamente pelo cumprimento de seus direitos.

A situação se prolongou até o início da tarde de sexta-feira, quando 67 servidores continuavam no saguão do prédio há mais de 48 horas sem se alimentar e bebendo água da torneira. O fato tomou espaço na imprensa, chegou aos órgãos de defesa dos direitos humanos. Intransigente o Tribunal não aceitou qualquer tipo de negociação. Proibiu a entrada de qual-

quer pessoa no prédio, até mesmo de deputados e do senador Eduardo Suplicy (PT). Por volta do meio dia, os servidores voluntariamente desocuparam o prédio.

Na nefasta entrevista que deu à Folha de S. Paulo, no dia 18 de junho, Viana Santos acusou o movimento: “Eles estão loucos para ter heróis e mártires. Estão provocando”.

Heroísmo ou não, o fato é que o impasse estava longe de ter solução. O endurecimento do TJ-SP provocou a reação dos servidores que organizam e levam à frente o mais difícil movimento de paralisação. Permaneceram acampados na Praça sem interrupção até o dia da nova audiência referente ao dissídio coletivo mesmo com o impedimento de armar barracas, por parte da Secretaria de Segurança Pública que ameaçou usar a força policial para evacuar o local. Vários assistentes sociais e psicólogos também participaram da vigília na Praça.

As arbitrariedades continuaram. TJ e prefeitura tentaram impedir a realização da assembleia geral do dia 16 de junho. Em resposta, mais de 10 mil servidores lotaram a Praça João Mendes e cercaram o palanque para impedir que a Polícia Militar desmontasse a aparelhagem de som.

Durante o evento, o deputado Carlos Giannazi (PSOL) anunciou que trabalha em conjunto com outros parlamentares na Alesp para que seja criada uma **CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Judiciário, principalmente para abrir a “caixa preta” do PJ**. A AASPTJ-SP apóia esta iniciativa e conclama seus associados a encaminharem e-mails aos deputados cobrando que se empenhem na instalação desta CPI.

O dia 16 ainda foi marcado por uma passeata feita em conjunto com os servidores da Justiça Federal, também em greve, em volta do Fórum João Mendes, passando pelo Palácio da Justiça, pela Secretaria Estadual da Justiça e terminando em frente à sede da OAB-SP. Os servidores tomaram as ruas e entoaram em coro: “Viana a culpa é sua, a greve continua”.

Sabemos que nem mesmo a truculência da cúpula do TJ e do governo do Estado e as inverdades propagadas na mídia são suficientes para calar os servidores cansados de serem “heróis” por enfrentarem cotidianamente os milhares de processos sem ter condições mínimas de trabalho e sem ter seu direito à reposição de perdas salariais respeitado.

outros servidores do Judiciário, carregaram faixas e distribuíram panfletos denunciando os desmandos do TJ e do governo do Estado em frente ao prédio do antigo Hotel Hilton, que hoje abriga os gabinetes dos desembarcadores, no dia 1º de junho.

A iniciativa foi um sucesso. As pessoas que passavam na rua pararam para pedir esclarecimentos e ficavam indignadas com o fato de o TJ alegar não ter verba para garantir a reposição salarial dos servidores, mas pagar R\$ 670 mil de aluguel ao prédio do Hilton, fora o outro tanto gasto com a reforma e equipamentos.

Outra vigília foi realizada em frente ao Fórum João Mendes, no dia 8 de junho. A comissão de mobilização, formada por diretoras e associados, realizaram visitas à maioria dos fóruns da capital, buscando esclarecer e mobilizar servidores para o movimento, já que a capital, ao contrário do interior, teve baixa adesão à paralisação.

## Diversas entidades manifestam apoio ao movimento dos servidores

Durante estes dois meses de paralisação dos servidores da Justiça, diversas moções e manifestações de apoio foram divulgadas. Câmaras Municipais de diversas regiões do Estado, o Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo e a Associação dos Juizes para a Democracia, foram algumas das instituições que declararam apoio ao movimento.

Destacamos aqui a moção feita pelo Conselho Regional de Serviço Social (Cress-SP), durante o Seminário Estadual Direito à Convivência Familiar e Comunitária:

“Os participantes do Seminário Estadual Direito à Convivência Familiar e Comunitária (cerca de 750 pessoas), realizado em São Paulo nos dias 24 e 25 de maio, apresentam sua moção de apoio ao Projeto de Lei Complementar 43/05, que institui o Plano de Cargos e Carreiras do TJ-SP. Apesar de ter sido aprovado por unanimidade no dia 12 de maio, após cinco anos de espera, agora aguarda a sanção do Sr. Governador.

Apóiam ainda o movimento de greve, que expressa a dificuldade em ter uma negociação que responda minimamente às reivindicações legítimas dos trabalhadores.

A precarização da situação dos trabalhadores do Judiciário (condições inadequadas para a realização das funções, espaços físicos inadequados, equipamentos e servidores insuficientes para as demandas, não reconhecimento dos direitos, etc.), impacta na qualidade dos serviços prestados à população, gerando acúmulo de serviços, motivo pelo qual é de interesse de todos garantir os direitos trabalhistas reivindicados e representados pela Comissão de entidades.

São Paulo, 25 de maio de 2010.”

Também enfatizamos o ofício de apoio enviado pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-SP):

“OFÍCIO ADP Nº 386/10

São Paulo, 15 de junho de 2010

AASPTJ-SP – ASSOCIAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS DO TJ – SP At.: Sra. Esther Akemi Katayama  
Primeira Tesoureira

Ref.: OFÍCIO CIRCULAR AASPTJ-SP Nº 030/2010

Prezada Senhora,

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP-6ª Região, vem através deste, acusar o recebimento do ofício acima referenciado sobre o movimento por melhores condições de trabalho no Tribunal de Justiça de São Paulo – TJ-SP.

Ante o exposto e considerando a urgência da situação, confirmamos a divulgação do folder do movimento e manifestamos o apoio deste CRP aos pontos assinalados pela Comissão das Entidades representativas de Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Despedimo-nos com votos de cordiais saudações.

Atenciosamente,

MARIA CRISTINA BARROS MACIEL  
PELLINI

Conselheira Vice-Presidente do CRP-6ª Região”

## Vigília contra a Injustiça no Tribunal de Justiça

Durante as reuniões que realiza todas as manhãs de quarta-feira com seus associados, a AASPTJ-SP criou duas comissões de trabalho: Comissão de Mobilização e Comissão de Comunicação.

Um dos objetivos das comissões era o de pensar em outras formas de mobilização e protesto, além da greve. Uma das atividades das comissões foi criar uma carta aberta à população, em forma de panfleto, explicando os motivos de nossa greve. Assinado por todas as entidades, foi distribuída em diversos lugares públicos. Veja o panfleto no site da Associação: [www.aasptj.org.br](http://www.aasptj.org.br)

Outra ideia encampada pela AASPTJ-SP foi a realização de uma “Vigília Silenciosa contra a Injustiça no Tribunal de Justiça”. Vestindo roupas pretas, usando uma mordaca e segurando velas, assistentes sociais, psicólogos e

## Agora é fato: Plano de Cargos e Carreiras é aprovado e sancionado



Servidores lotaram Plenário da Alesp

Foram cinco anos de espera, luta, angústia, negociações, e até chantagens, até que finalmente no dia 12 de maio, a Assembleia Legislativa aprovou o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Judiciário. No dia 26 do mesmo mês foi sancionado pelo governador, Alberto Goldman, e terá validade a partir do dia 1º de julho.

Reivindicação antiga dos servidores, o Plano de Cargos teve suas primeiras linhas gerais apresentadas pelo Tribunal de Justiça em 2005. Na época, a AASP-TJ-SP conclamou as demais entidades a elaborarem um projeto substitutivo ao PL do TJ, que garantissem direitos aos servidores e as especificidades de todas as carreiras. O PL substitutivo foi apresentado na Alesp pelo então deputado estadual, Giba Maçon (PV) em março de 2006. Em abril o substitutivo foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. Em setembro do mesmo ano, o TJ-SP acatou as reivindicações dos servidores e o Pleno aprovou as alterações ao Plano original.

Após passar pelas comissões da Assembleia, o Projeto de Lei Nº 43/05, ficou parado aguardando entrar na ordem do dia. De lá para cá, a AASPTJ-SP e demais entidades representativas dos servidores estiveram diversas vezes em reunião com o Colégio de Líderes da Alesp. Os deputados alegavam haver divergências entre o Tribunal de Justiça e o governo do Estado quanto à aprovação do Projeto.

Um dos itens da pauta de reivindicações dos servidores do Judiciário, o Plano de Cargos voltou a tona este ano, como moeda de troca em virtude do movimento de greve deflagrado a partir do dia 28 de abril.

Na véspera do início do movimento, a Presidência chamou as entidades para uma reunião, na qual

só compareceu o presidente da Comissão Salarial, desembargador Antonio Carlos Malheiros, com a promessa de que talvez o Plano de Cargos fosse aprovado pela Assembleia Legislativa no mês de maio.

Na manhã do dia 28 novamente a Comissão de Negociação das Entidades foi chamada. Desta vez, foi recebida pelo presidente, desembargador Antonio Carlos Viana Santos, e os desembargadores William de Campos, Armando Toledo e Samuel Alves de Melo.

Durante a reunião, apresentaram documento assinado pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Barros Munhoz (PSDB), com a afirmação de que o Projeto de Lei Nº 43/05, que institui o Plano de Cargos seria votado no dia 4 de maio.

No dia 30, a Comissão foi chamada pelo presidente da Assembleia. Também participaram da reunião o deputado líder do governo, Vaz de Lima (PSDB) e o deputado responsável pela Frente Parlamentar em Defesa do Judiciário, José Bittencourt (PDT). Na ocasião Munhoz deixou claro o objetivo da reunião solicitada por ele: passar o "recado" do governo do Estado. Segundo ele, o Executivo não liberaria a verba necessária para implementação do Plano, enquanto a greve dos servidores continuasse.

No dia 4 de maio, centenas de servidores lotaram o plenário da Alesp para acompanhar a votação. Que não ocorreu. O início da seção foi adiado diversas vezes em razão de o Colégio de Líderes estar reunido para discussão dos últimos pontos pendentes no Projeto de Lei. No entanto, no início da noite, Barros Munhoz anunciou o adiamento da votação do PL. O deputado alegou que a Alesp precisaria de mais tempo para refazer os cálculos de impacto orçamentário do Plano, em virtude de uma emenda

apresentada na semana anterior, sem deixar claro de quem partiu a emenda.

No dia 12 de maio pela manhã enquanto realizavam reunião preparativa para a assembleia geral de servidores, os representantes das entidades receberam ligação pessoal do presidente da Alesp, afirmando que o Colégio de Líderes finalmente tinha acordado votar o PL 43/05 naquela tarde.

Assim, terminado o ato na Praça João Mendes, os servidores, mais uma vez, encaminharam-se à Assembleia Legislativa. No início da noite, a boa notícia: Após cinco longos anos o Plano de Cargos e Carreiras foi aprovado. No Diário Oficial do dia 26 de maio foi divulgada a sanção do governador ao Projeto.

## VII Congresso Nacional de Psicologia

Nos dias 03 a 06 de junho aconteceu em Brasília o VII Congresso Nacional de Psicologia, um dos maiores espaços democráticos que qualquer categoria poderia desejar em termos de profissão, no final todas as áreas de atuação da Psicologia são debatidas, começando pelas cidades mais distantes de todo Brasil, por meio dos eventos preparatórios, nos quais os profissionais são convidados a sentar, dialogar, elaborar propostas, que atendam as necessidades do seu fazer, bem como das pessoas que buscam esse serviço.

Os eventos preparatórios dos Congressos Regionais redundam no Congresso Nacional de Psicologia como consequência do processo democrático do Sistema Conselhos. Neste espaço, as propostas de todo Brasil são colocadas em discussão, melhoradas, votadas, passando a delinear o trabalho a ser desenvolvido pelo Sistema Conselhos nos próximos três anos, respeitando a diversidade de opiniões, de regiões, as questões das políticas públicas, das situações emergenciais, etc.

O grupo que assumir os trabalhos no próximo mandato (eleição em agosto/10) deverá cumprir com o acordado pela categoria no Congresso Nacional de Psicologia, instância máxima de deliberações dos profissionais, onde se traçam as diretrizes da Psicologia de hoje e de amanhã.

Objetivando participar deste espaço de construção, e em especial garantir a priorização de planos responsivos às demandas do nosso fazer dentro do TJ, contamos com a participação da diretora Esther A. K. Katayama e das associadas da AASPTJ-SP – Lourdes de Fatima Genaro (Fórum de Nhandeara) e Maria do Carmo Lima Batista (Fórum de Valinhos) como delegadas neste evento. Foram quatro dias de muitos debates, cansaço, mas valeu a pena, pois foi possível aprovar diretrizes no sentido de estreitar as relações e ações de orientação do Conselho Federal de Psicologia junto ao Judiciário, a fim de garantir a especificidade do trabalho do psicólogo (metodologia, autonomia técnica, condições de trabalho); ampliar e construir referências técnicas na área, bem como promover parceria com os sindicatos e associações para o incentivo à realização de concursos públicos para o cumprimento da lei.

## Abigail Aparecida de Paiva Franco

# O Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária

**1. Qual é e como avalia a visão que o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária apresenta em relação a esse direito?**

Fruto de amplo debate nacional, aprovado em dezembro de 2006 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, o Plano representa importante marco uma vez que a visão por ele deflagrada é a de que *a convivência familiar e comunitária é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, os quais não podem ser concebidos de modo dissociado de sua família, do contexto sócio-cultural e de todo o seu contexto de vida*<sup>1</sup>. Alinha-se aos preceitos e premissas estabelecidas pelo conjunto de legislações e normativas nacionais e internacionais quando afirma esse direito. Para sua implementação foram estabelecidas diretrizes, eixos programáticos e cronograma a serem cumpridos pelas três esferas de governo, de 2006 a 2015. Firma o compromisso entre o Estado e a sociedade em superar as práticas segregacionistas determinadas social e historicamente, prevendo o reordenamento das instituições de acolhimento, as quais devem oferecer serviços de qualidade e estruturas adequadas aos interesses dessa população. No entanto, é forçoso apontar que embora o Plano proponha uma política pública exequível, de enfrentamento à institucionalização e, delineie uma nova cultura no trato às famílias, é, após três anos em vigor, um “ilustre desconhecido”.

**2. Como o Serviço Social pode contribuir para assegurar esse direito? No âmbito do trabalho no Judiciário e em outras organizações que atuam com essa questão?**

Fundado no movimento sócio-histórico e concreto da realidade social, o Serviço Social tem como eixo o compromisso intransigente com a construção e a garantia do direito, tendo com uma das bases a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segundo o Código de Ética Profissional, o assistente social, dentre outros, tem o dever de *empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais*. (art. 8º, d) No exercício profissional, produz e acumula conhecimento, um saber que, referenciado nos princípios metodológicos, éticos e

políticos que norteiam a profissão bem como nas suas diretrizes regulamentadoras, funciona como uma operação mediadora a qual, no caso do Poder Judiciário, irá instruir a aplicação da lei. Cumpre ao Serviço Social oferecer subsídios à proposição de políticas públicas, através de estudos, levantamentos e pesquisas que se aproximem da realidade dos sujeitos, entendendo qual a sua condição de existência, suas demandas, e indiquem as lacunas no sistema público no atendimento às suas necessidades. Através do *processo* e do *produto* de suas ações, o Serviço Social contribui para a organização e estruturação da rede de atendimento voltada à promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária.

**3. Na sua experiência de trabalho, estudos e pesquisas sobre o Serviço Social na área judiciária, qual a dimensão que assume hoje a temática “famílias” e “políticas sociais” no trabalho cotidiano, e como vê a formação dos profissionais para lidar com essa realidade – em termos de graduação e de capacitação continuada?**

A família é elemento fundamental na prática do Serviço Social porque explica o lugar que foi sendo reservado para a criança e adolescente nesta dinâmica. Sobre ela, em primeiro plano, é que vem incidindo qualquer linha de ação. No texto constitucional de 1988 e no ECA encontramos a família como foco fundamental. No âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)<sup>2</sup> que estabelece as bases para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a família ganha papel de destaque e assume a centralidade das suas ações. As famílias demandatárias do Serviço Social Judiciário, em geral, estão fora do conceito burguês de família, cujo perfil, arranjos e configurações desafiam três premissas básicas: o conceito, a definição e o modelo de funcionamento que temos de família com os quais operamos em nossas práticas. Para potencializar políticas socioassistenciais voltadas à família é imperioso compreender a sua centralidade tratando a cada uma delas com suas singularidades e particularidades. Soa óbvio, contudo apontar que as políticas públicas universais e qualificadas, que abarquem ações preventivas e de acompanhamento às famílias em situação de vulnerabilidade social, carecem ainda de encaminhamentos efetivos. No processo de formação profissional o assistente social desenvolve competências que o habilita para o enfrentamento das inerentes contradições

que permeiam a realidade social, tendo a sua ação voltada para a garantia de acesso aos direitos sociais dos usuários. A realidade, contudo é complexa e dinâmica. Para o avanço das reflexões e superação de práticas instituídas, imprescindível se faz o aprimoramento profissional, a postura investigativa e a produção de pesquisa. A sustentação contemporizada da prática profissional contribui para a construção de diretrizes, fundamentação e orientação às intervenções, favorecendo a ampliação de canais efetivos de acesso à justiça.

**4. Quais as possibilidades e perspectivas para o trabalho interdisciplinar e intersetorial frente a essa temática, com base no exercício profissional no Judiciário estadual, e considerando as particularidades regionais?**

Frente à complexidade apresentada pela realidade social, o trabalho interdisciplinar e intersetorial são fundamentais. O Serviço Social, ao estabelecer diálogo com as demais áreas do conhecimento exerce importante papel na habilitação e implementação do novo trato à família, criança e adolescente. Nesta perspectiva, a prática profissional transcende os limites institucionais publicizando e fazendo a leitura crítica das expressões da questão social que são postas à intervenção da Justiça. Na Comarca de Franca, mesmo em condições adversas, há empenho, e é o eixo do trabalho da equipe técnica, a agilidade na definição da situação jurídica das crianças e/ou adolescentes que estão afastados do convívio familiar. Nesse sentido, funcionou como elo de ligação na proposição de trabalho integrado, culminando na criação no ano de 1998 do Programa Família Acolhedora, instituído como política pública de acolhimento, com aparato jurídico, institucional e administrativo: CMDCA, CMAS, Executivo, Legislativo e Judiciário. Consta-se que o processo de implantação do Programa indica a eficácia do sistema integrado, conforme demonstram os dados produzidos ao longo dos doze anos de sua existência. O estabelecimento de diálogo, a articulação intersetorial, a formação continuada são ferramentas para o fortalecimento da rede de apoio de atendimento e garantia dos direitos sociais voltados a esses sujeitos.

Abigail Aparecida de Paiva Franco – assistente social judiciário lotada na Comarca de Franca/SP; – Mestre e doutora em Serviço Social pela UNESP/Franca; Membro do Corpo Docente do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu: *A família contemporânea – fundamentos para intervenção do Serviço Social*. Centro Universitário “Barão de Mauá”. Ribeirão Preto/SP

<sup>1</sup> BRASIL, PNCF – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Secretaria Especial dos Direitos Humanos. – Brasília – DF: CONANDA, 2006. p.31

<sup>2</sup> Resolução n 145, de 15 de outubro de 2004 aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

## BURNOUT: TRABALHO X BEM-ESTAR DO TRABALHADOR

O trabalho tem um papel crucial na vida das pessoas, não só pelo tempo dispendido no exercício da atividade profissional como pelo investimento financeiro e emocional envolvido na preparação para desempenhá-la. Ademais, a profissão contribui significativamente para a construção da identidade e do projeto de vida dos indivíduos. No entanto, o trabalho nem sempre proporciona o reconhecimento esperado e a satisfação das expectativas pessoais e profissionais, devido à crescente precarização e às mudanças incessantes que afetam o mundo laborativo, gerando incertezas e ambiguidades nos trabalhadores.

Nesse cenário, o fazer profissional, ao invés de propiciar o desenvolvimento de potencialidades e o sentimento de realização, tem provocado insatisfação, desinteresse, irritação, desprazer e também doenças como transtornos mentais (depressão, ansiedade, síndrome do pânico) distúrbios osteomusculares, cardiopatias, dores crônicas e problemas circulatórios. O desequilíbrio na saúde do trabalhador interfere nas relações de trabalho e prejudica a qualidade do serviço prestado e a produtividade, trazendo problemas como absenteísmo, licenças médicas, readaptações e aposentadorias precoces.

A síndrome de burnout decorre da cronificação do processo de stress deflagrado pelo trabalho. O termo burn-out é utilizado metaforicamente para caracterizar a queima de energia e o exaurimento do trabalhador. No Brasil, a Síndrome de Esgotamento Profissional é reconhecida pela Lei nº 3048/99 como doença do trabalho que se manifesta pela sensação de estar "acabado". Freudenberg *apud* Benevides-Pereira (2002), menciona que, embora o burnout possa afetar diversos profissionais, aqueles que prestam ajuda, como enfermeiros, professores, assistentes sociais e psicólogos, são especialmente suscetíveis, por travarem "uma batalha em pelos menos três frentes": diante das doenças da sociedade, das necessidades dos indivíduos atendidos e das suas próprias necessidades.

Há várias concepções teóricas sobre burnout, mas os diversos autores concordam que, em geral, a síndrome atinge profissionais entusiastas e idealistas que, em contato com o mundo profissional, vão sofrendo alterações e apresentam transtornos que acabam interferindo na esfera pessoal, social e institucional. O burnout é composto por três dimensões: **Exaustão Emocional**, que consiste na sensação de esgotamento (tanto físico como mental), de não dispor de energia para nada e de haver chegado ao seu limite; **Despersonalização**, caracterizada quando o profissional se distancia da pessoa atendida e pode tratá-la com indiferença ou mesmo ironia ou cinismo; embora um certo distanciamento possa ser empregado como atitude de enfrentamento à alta carga emocional depositada pelo cliente sobre esses profissionais, seu excesso dificulta o estabelecimento do vínculo necessário a esse tipo de trabalho; **Baixa Realização Profissional**, evidenciada no sentimento de insatisfação profissional, insuficiência, baixa autoestima e desmotivação, podendo ocasionar baixa eficiência no trabalho e ímpetos de abandoná-lo.

Em estudo-piloto quali-quantitativo com psicólogos clínicos, jurídicos e organizacionais (Almeida, Carteiro e da Mata, 2010), que contou com a aplicação do Inventário de Burnout em Psicólogos (IBP)

e a realização de entrevistas, constatou-se elevado nível de burnout nas três áreas de atuação. Os dados obtidos confirmaram a evidência de que profissionais que lidam com pessoas que estão em sofrimento ou que depositam no atendimento a solução para suas queixas ou problemas estão propensos a desenvolver a síndrome. Abreu, Stoll, Ramos, Baumgardt e Kristensen (2002) consideram que o contexto socioeconômico a que estão sujeitos esses profissionais no Brasil merece atenção. O sofrimento psíquico e social que os pacientes apresentam, as condições de trabalho, o pequeno tempo disponível para os atendimentos, os baixos salários e a necessidade de buscar o pluriemprego para complementar a renda são fatores importantes que podem predispor ao stress e ao burnout.

O contexto judiciário apresenta aspectos que favorecem a vulnerabilidade ao burnout, como as normas institucionais rígidas, o autoritarismo, a burocracia, a pouca autonomia do profissional, a desigualdade nas relações laborais, a falta de reconhecimento e de suporte institucional (revelada nos baixos salários, na ausência de capacitação e na precariedade dos espaços destinados aos psicólogos e assistentes sociais), a pouca perspectiva de progresso profissional, a sobrecarga de trabalho, a natureza grave e extrema dos problemas apresentados, as características da clientela, o relacionamento com colegas de trabalho, o alto nível de responsabilidade envolvido na atividade, entre outros. Gil-Monte e Peiró *apud* Benevides-Pereira (2002) consideram que características pessoais por si só não desencadeiam o burnout, mas podem facilitar ou inibir a ação de agentes estressores. Assim, é importante atentar para as expectativas irrealistas, a passividade, o perfeccionismo exagerado, a competitividade acentuada, o pessimismo, a baixa autoestima, os quais podem, inclusive, ser exacerbados pelo ambiente organizacional e prejudicar não só a vida profissional como a pessoal e familiar. Também é essencial cuidar das relações nas equipes de trabalho, vez que o diálogo e o respeito às diferenças podem fortalecer e agregar os profissionais, o que propicia a evitação da síndrome e o seu enfrentamento.

O conhecimento da síndrome e dos efeitos nocivos sobre o trabalho e a saúde do trabalhador é o primeiro passo para preveni-la e para buscar formas de intervenção tanto a nível pessoal como institucional. No tocante à alteração das condições de trabalho potencialmente propulsoras de burnout, a AASPTJ-SP tem participado ativamente da luta pela reposição salarial e pela preservação dos direitos dos associados e dos demais trabalhadores do Judiciário. Também tem realizado visitas a Setores Técnicos para levantamento dos problemas e requerimento de providências ao Núcleo de Apoio, Coordenadoria da Infância e Juventude e Presidência do TJ, além de buscar interlocuções que possibilitem a capacitação continuada. Iniciou estudo para definição do limite de processos por profissional, contando com a valiosa colaboração das colegas de Ribeirão Preto. Tem efetuado contatos com o CRESS, o CFESS, o CRP e o SINPSI inteirando-os da realidade do trabalho e das dificuldades enfrentadas. Constituiu o Grupo Condições de Trabalho, que tem ações voltadas tanto à criação de cargos, contratação de profissionais e abertura de concursos como à realização de uma

pesquisa sobre saúde, trabalho, realidade social e cotidiano. Ainda há muito a ser feito e os entraves são inúmeros, considerando a instituição em que estamos inseridos. Por isso, a participação e o compromisso dos associados são imprescindíveis para que possamos concretizar projetos que favoreçam a satisfação e a saúde dos profissionais e, conseqüentemente, a qualidade do serviço prestado.

### Referências

Abreu, K.L.; Stoll, I.; Ramos, L. S.; Baumgardt, R.A.; Kristensen, C.H. (2002). Estresse ocupacional e síndrome de burnout no exercício profissional da Psicologia. *Psicologia Ciência e Profissão*, 22(2), 22-29.

Almeida, M.C.; Carteiro, M.L.L.; Mata, F da (2010). Burnout afeta os psicólogos também? Trabalho apresentado no XVII Congresso Brasileiro de Medicina Psicossomática na Mesa-Redonda: E se a chama se apagar? Burnout em psicólogos.

Benevides-Pereira, A.M.T. (org.). Burnout: quando o trabalho afeta o bem estar do trabalhador. – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

Mônica de Lourdes Carteiro. Psicóloga Judiciária, especialista em Psicologia Jurídica, 2ª Tesoureira da AASPTJ-SP

### Agenda

#### ■ XII ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

**Data:** de 6 a 10 de dezembro de 2010

**Local:** UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 524 – Maracanã, Rio de Janeiro – RJ

**Informações e programação:** [www.abepss.org.br/enpess2010/enpess.htm](http://www.abepss.org.br/enpess2010/enpess.htm)

**Prazo para envio de trabalhos científicos:** 20 de julho

#### ■ XIII CBAS

**Data:** 31/07/2010 a 05/08/2010

**Local:** Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Eixo Monumental – SDC (Setor de Divulgação Cultural), entre a Torre de TV e o Memorial JK – Brasília – DF

**Tema:** Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do Projeto Ético Político Profissional

**Informações:** [www.cbass.com.br](http://www.cbass.com.br)

#### ■ III Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência & Profissão

**Data:** 03.09.2010 a 07.09.2010

**Endereço:** UNINOVE - Campus Memorial

**Cidade:** São Paulo

**Estado:** SP

**País:** Brasil

**Telefone:** (61)2109-0100

**E-mail:** [congresso@cienciaeprofissao.com.br](mailto:congresso@cienciaeprofissao.com.br)

**Link:** <http://www.cienciaeprofissao.com.br/>

#### ■ Eleições Conselhos de Psicologia

O processo eleitoral que elegerá a Diretoria e Conselheiros para os CRPs e a Consulta Nacional do Conselho Federal de Psicologia realizar-se-á no dia 27 de agosto da 08:00 às 20:00h para o triênio 2010/2013. Outras informações no site [www.crsp.org.br](http://www.crsp.org.br)

AASPTJ-SP

## AASPTJ-SP reúne-se com diretoria do CRP-SP



A AASPTJ-SP, representada pela primeira tesoureira, Esther Katayama, pela segunda tesoureira, Mônica Carteiro e pela conselheira fiscal Mônica Giacomini, esteve reunida no dia 14 de maio com os conselheiros Elda Varanda, Patrícia Garcia, Vera Lucia Pompílio e Leandro Gabarra e a assistente técnica Gisleine Rede, do CRP-SP.

O objetivo da reunião foi o de apresentar projetos de trabalho da Associação e pensar possíveis ações articuladas voltadas para os interesses da categoria.

A conselheira Vera informou sobre o Grupo de Trabalho do CRP, que se dedicou às questões referentes à Psicologia Jurídica na Vara de Família. A principal discussão deste grupo foi sobre a relação entre perito e assistente técnico. Após as discus-

sões, o grupo produziu uma recomendação para a atuação profissional nesta área, que inclusive tornou-se um comunicado emitido pelo Tribunal de Justiça.

Patrícia explicou que o Sistema Conselhos vem organizando eventos, a fim de proporcionar encontros com a categoria sobre a prática da Psicologia na interface com a Justiça, dentro de diversos âmbitos de atuação: Infância e Juventude, Vara de Família, conciliação, mediação, entre outras.

Também foi informado que o Conselho Federal de Psicologia criou um GT Nacional de Psicologia Jurídica, que produziu uma minuta de resolução sobre a atuação do perito e assistente técnico, a ser apreciada na próxima reunião da APAF- Assem-

bleia das Políticas Administrativas e Financeiras, agendada para o mês de maio de 2010.

As diretoras da Associação demonstraram preocupação referente à questão da escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência, conhecido como “Depoimento sem Danos”. Acreditam que há implicações éticas envolvidas nesta tarefa que está sendo delegada às técnicas do Judiciário. Foi mencionado que há uma menção do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) de 2008 que contra-indica esta prática, mas têm conhecimento de que está em vias de se implantar tal procedimento em São Paulo.

Também relataram que muitas vezes os psicólogos judiciários não possuem condições adequadas para o exercício da profissão, como salas de atendimento inadequadas, instrumentos para avaliação, dentre outras dificuldades, o que prejudica o trabalho dos profissionais. Desta forma, buscam uma parceria com o Conselho Regional de Psicologia para discutir o papel do psicólogo junto aos gestores (direção do Tribunal de Justiça) para que estes tenham a compreensão do lugar e função dos psicólogos na Vara da Infância e Juventude e na Vara de Família, pensando em ações de prevenção de casos que possam vir a se tornar Representações Éticas.

Apontaram também que os próprios psicólogos apresentam certa dificuldade na elaboração de relatórios e documentos escritos, o que acaba gerando demanda para Representações Éticas no CRP. Consideram importante (e pretendem) oferecer cursos para os técnicos do Judiciário e outros colegas psicólogos, a fim de qualificar a prática profissional. Para estes treinamentos, buscam parceiros, sugerindo que o CRP também possa auxiliar nesta atividade.

Os representantes do CRP informaram que será pautada em plenária ordinária do CRP a solicitação de parceria, a fim de pensar estratégias para esta colaboração, considerando-se a mudança de gestão do CRP em setembro deste ano.

## AASPTJ-SP participa de evento na Defensoria Pública do Estado de São Paulo

A AASPTJ-SP, representada pela associada Dalva Azevedo Gueiros, participou da palestra “As equipes multidisciplinares nas outras instituições de Justiça”, que fez parte do 3º Módulo de Capacitação “Construindo os Centros de Atendimento Multidisciplinar”, realizado entre os dias 19 e 23 de abril, pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O evento, dirigido a assistentes sociais e psicólogos, agentes de Defensoria e a defensores públicos, coordenadores regionais e de unidades, teve como objetivo a discussão e a produção de uma proposta de atuação multi e interdisciplinar na Defensoria.

Além de agradecer a oportunidade de compartilhar momento tão importante na construção da Defensoria de São Paulo, apresentamos subsídios para a reflexão sobre o significado e as implicações da interdisciplinaridade e intersectorialidade nas ações da Justiça, além de um histórico sobre

a inserção e a estruturação do Serviço Social e da Psicologia no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. As atribuições do assistente social, os objetivos de nossa prática e os desafios que enfrentamos neste momento, além das produções individuais e coletivas da categoria relativas a esse campo de atuação, foram também salientados na palestra. As questões específicas da Psicologia foram enfocadas por nossa colega da Psicologia, Dayse Bernardi, também presente nessa mesma mesa de debate, a convite da Defensoria.

Aos colegas assistentes sociais e psicólogos que estão ingressando na Defensoria Pública, desejamos sucesso na defesa de direitos de nossa população e um diálogo fecundo conosco e com as demais instituições da Justiça.

Dalva Azevedo Gueiros, assistente social

### EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretoria: Presidente – Elisabete Borgianni, Vice-presidente – Maria Helena Corrêa, – 1ª Secretária – Eunice Teresinha Fávero, 2ª Secretário – Paulo Eduardo Bezerra, 1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama, 2ª Tesoureira – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro,

Conselho Fiscal: Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi e Quésia Gama Cruz Suplentes: Catarina Volic e Magda Melão

Conselho Editorial: Eunice Teresinha Fávero, Mônica Giacomini, Quésia Gama Cruz, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação  
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)  
Diagramação: Eduardo Seiji Seki

Tiragem: 1300 exemplares

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125 – 2º andar – Conj 21. – Centro – Cep 01042-001 – São Paulo – SP  
Telefone: (11) 3256-5011; E-mail: aasptjsp@asptjsp.org.br;  
Site: www.aasptjsp.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria da AASPTJ-SP.